

Economia *Brasil*

Ao dar explicações ontem sobre as decisões nas áreas de política industrial, comércio exterior e preços, assessores de Collor garantiram que a intervenção estatal caminha para o fim.

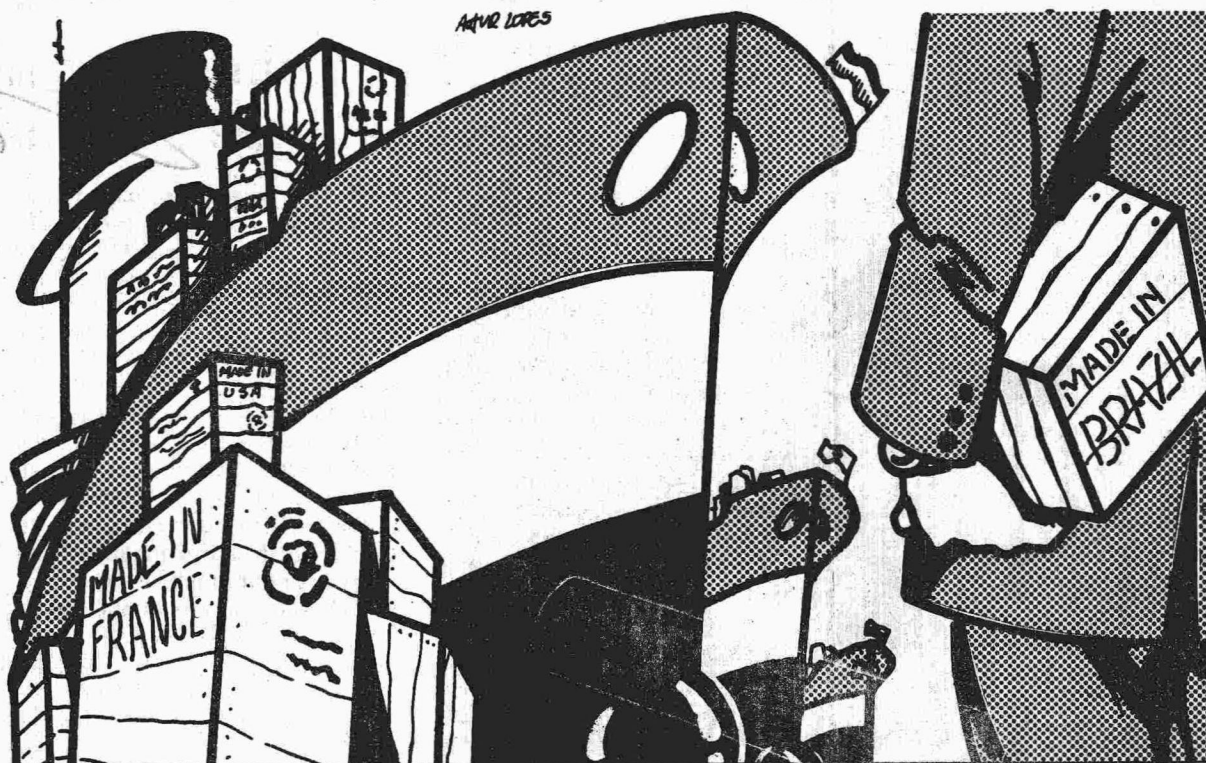
O Brasil mudou: competência, agora, vale.

“O futuro é agora e o Brasil já começou a mudar”. A frase é do discurso que o presidente Fernando Collor fez ao completar 100 dias de governo e sintetiza o espírito das explicações dadas ontem por seus assessores sobre as últimas medidas adotadas nas áreas de política industrial, comércio exterior e controle de preços. Em suas declarações, eles deixaram claro: o que vale agora no Brasil é a lei do mercado e será ela que vai definir as relações entre as empresas e o governo, que está fazendo uma aposta na competência e na seriedade da sociedade.

E tudo o que puder atrapalhar esse processo será afastado do caminho. Na próxima semana, por exemplo, deverá ser divulgado um projeto de lei de defesa da livre concorrência, para coibir a formação de cartéis e a prática de **dumping** (venda de produtos abaixo do preço de custo com a intenção de prejudicar o concorrente). A informação é do secretário-executivo do Ministério da Justiça, Tércio Sampaio Ferraz Júnior, que também pretende tornar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) eficaz no combate ao abuso do poder econômico e privilegiar a Justiça para julgar crimes econômicos.

Nesse processo, o principal beneficiado deve ser o consumidor, como prevê o programa de governo do presidente Collor. Ele inclusive passará a contar com uma central de informações que dará os nomes de empresas que burlam os direitos dos clientes. A criação dessa central foi aprovada ontem em reunião entre representantes de órgãos de defesa do consumidor e o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, José Del Chiaro.

Também os abusos cometidos por empresas na elevação de seus preços serão encaminhados à Justiça, que os tratarão sob a ótica da lei referente aos crimes contra a economia



popular. Não haverá mais interferência do governo nesse assunto, seja com a retomada do controle de preços seja com retaliações contra as empresas infratoras.

Quem garante isso é o chefe do Departamento de Abastecimento e Preços (DAP), Edgar Pereira, segundo quem a liberação de preços faz parte de uma “estratégia global do governo”. E sua afirmação foi reforçada pelo seu diretor-adjunto, Marcos Malan, para quem não é intenção do governo “ressuscitar o controle de preços, pois isso é considerado um sistema ultrapassado e nós queremos avançar”.

Mesmo assim, continuou Malan, os preços públicos e os demais itens que continuam congelados, conforme a portaria 378 (cigarros, tratores, implementos agrícolas e

produtos farmacêuticos) só serão liberados depois de rigoroso estudo, que incluirá consultas a empresários para se avaliar o impacto disso sobre a inflação. Foi por isso, aliás, que a ministra Zélia Cardoso de Mello mandou a Petrofertil (subsidiária da Petrobrás) revogar o aumento de 29% que havia aplicado a seus preços. “Esses produtos têm que ficar sob controle estrito neste momento, pois estamos em época de plantio”, explicou Malan.

E é justamente para formar sua política de abastecimento, estoques, de comércio exterior e industrial, por sinal, que o governo quer receber as planilhas de custo de 465 empresas já escolhidas, por fazerem parte das principais cadeias produtivas do País. a explicação é de um

dos coordenadores do DAP, Benedito Adeodato, segundo quem essas empresas não estão sujeitas a nenhum tipo de punição.

Também nesse caso o objetivo é preservar as leis de mercado, agindo sempre que essas informações indicarem alguma deformação de preços dentro da cadeia produtiva. “O governo pode, por exemplo, conceder incentivos creditícios a setores que pretende desenvolver, evitando a alta dos seus preços no mercado”, explicou Adeodato.

Essa nova linha de conduta do governo traz vantagens inequívocas para o consumidor, mas, alertam especialistas nas matérias que você poderá ler nesta página, tem também os seus riscos.

Leia editorial na página 4